



DOSSIÊ: HISTÓRIA DAS MULHERES, DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E DAS SEXUALIDADES DISSIDENTES

“Sin senderos prefijados”: a defesa da autonomia feminista nas páginas de Brujas (1981-1996)

“Sin senderos prefijados”: the defense of feminist autonomy in the pages of Brujas (1981-1996)

“Sin senderos prefijados”: la defensa de la autonomía feminista en las páginas de Brujas (1981-1996)

Júlia Glaciela da Sila
Oliveira¹

orcid.org/0000-0002-9996-2343
julia.gsoliveira@gmail.com

Recebido em: 15/05/2020.

Aprovado em: 07/01/2021.

Publicado em: 30/04 2021.

Resumo: Entre os anos de 1980 e 1990, diversos países latino-americanos, a exemplo da Argentina, do Brasil e do Chile, retornaram à via democrática. Não obstante, foi nesse mesmo período que muitos adotaram ou fortaleceram projetos neoliberais. Essa profunda mudança política, marcada pela diminuição do papel do Estado, foi acompanhada por uma rápida expansão das Organizações Não Governamentais (ONGs) e pela incorporação de alguns pontos da agenda feminista pelo Estado. Essa nova ordem sociopolítica resultou no processo de “onguização”, isto é, alterações estruturais que passaram a modelar as ONGs, as quais passaram a desenvolver projetos, financiados por agências de cooperação internacional, contendo, na maioria das vezes, equipes especializadas e remuneradas. Muitos movimentos sociais se institucionalizaram, entre eles, coletivos feministas latino-americanos. Este fato levou a importantes interrogações sobre a capacidade de autonomia do movimento e a eficácia de tais projetos na transformação da realidade feminina. Isto é, questionou-se se esse novo campo de atuação provocaria uma substituição da antiga militante pela “especialista de gênero”, diminuindo a tônica do engajamento feminista. Frente a essas questões, este artigo busca apresentar como esse debate figurou na revista *Brujas*, publicada pela Asociación de Trabajo y Estudio de la Mujer “25 de noviembre” (ATEM), em Buenos Aires, Argentina, entre os anos de 1983 e 1996.

Palavras-chave: Autonomia. Onguização. Imprensa feminista. Argentina. Brujas.

Abstract: Between the years 1980 and 1990, several Latin American countries, like Argentina, Brazil and Chile, returned to the democratic path. Nevertheless, it was during this same period that many adopted or strengthened neoliberal projects. This profound political change, marked by the diminished role of the State, was accompanied by a rapid expansion of Non-Governmental Organizations (NGOs) and the incorporation of some points on the feminist agenda by the State. This new socio-political order resulted in the process of “onguization”, that is, structural changes that started to model the NGOs, which started to develop projects, financed by international cooperation agencies, containing, in most cases, specialized and paid teams. Many social movements have become institutionalized, including Latin American feminist collectives. This fact led to important questions about the movement’s capacity for autonomy and the effectiveness of such projects in transforming the female reality. That is, it was questioned whether this new field of action would cause a replacement of the former activist by the “gender specialist”, reducing the tonic of feminist engagement. Faced with these questions, this article seeks to present how this debate appeared in the magazine *Brujas*, published by the *Asociación de Trabajo y Estudio de la Mujer* “25 de noviembre” (ATEM), in Buenos Aires, Argentina, between 1983 and 1996.

Keywords: Autonomy. Onguization. Feminist Press. Argentina. Brujas.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

¹ Instituto Federal do Paraná (IFPR), em Campo Largo, PR, Brasil.

Resumen: Entre los años 1980 y 1990, diversos países latinoamericanos, a ejemplo de Argentina, Brasil y Chile, volvieron a la vía democrática. No obstante, fue en este mismo período en que muchos adoptaron o fortalecieron proyectos neoliberales. Este profundo cambio político, marcado por la disminución del rol del Estado, fue acompañado por una rápida expansión de las Organizaciones No Gubernamentales (ONG) y por la incorporación de algunos puntos de la agenda feminista por el Estado. Ese nuevo orden sociopolítico dio lugar al proceso de "onguización", es decir, cambios estructurales que pasaron a modelar las ONG, las cuales pasaron a desarrollar proyectos, financiados por agencias de cooperación internacional, conteniendo, en la mayoría de las veces, equipos especializados y remunerados. Muchos movimientos sociales se institucionalizaron entre ellos, colectivos feministas latinoamericanos. Este hecho llevó a importantes dudas sobre la capacidad de autonomía del movimiento y la eficacia de tales proyectos en la transformación de la realidad femenina. Es decir, se preguntó si este nuevo campo de actuación provocaría una sustitución de la antigua militante por la "especialista de género", disminuyendo la tónica del compromiso feminista. Frente a estas cuestiones, este artículo busca presentar cómo este debate figuró en la revista *Brujas*, publicada por *Asociación de Trabajo y Estudio de la Mujer* "25 de noviembre" (ATEM), en Buenos Aires, Argentina, entre los años de 1983 y 1996.

Palabras clave: Autonomía. Onguización. Prensa Feminista. Argentina. Brujas.

Introdução

Nas décadas de 1960 e 1970, o movimento feminista se intensificou na Europa e na América, acompanhando os processos de luta por direitos civis e democráticos. Ao tratar do tema, Nancy Fraser advoga que, naquele período, os "ideais feministas penetraram em todos os cantos escondidos da vida social e transformaram a ideia que todos os afetados tinham de si mesmos" (FRASER, 2009, p. 23). Essas novas concepções alteraram as paisagens mentais consolidadas em torno das noções de família, trabalho, direitos, entre outras. Do mesmo modo, Stuart Hall (2006) analisa que o feminismo, que surgiu ao lado de outros movimentos como o estudantil e os contra culturais, representou um grande impacto tanto como crítica teórica, quanto como movimento social. Hall argumenta a importância desse movimento ao abrir "para a contestação política, arenas inteiramente novas de vida social", a exemplo da família, da sexualidade e da divisão do trabalho doméstico, mas, sobretudo, ao enfatizar "como uma questão política e social, o tema de como somos formados e produzidos como sujeitos gendrados. Isto é, ele

politicizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação" seja como homens, mulheres, mães ou pais etc. (2006, p. 45).

O feminismo dos anos de 1970 também impactou a produção científica. Joan Scott (1992) afirma que a própria área da História das Mulheres, enquanto campo de pesquisa, está diretamente relacionada com a legitimidade política do movimento feminista nas referidas décadas. De acordo com a autora, o feminismo fez um duplo movimento ao apontar para as distintas formas de poder que perpassam o cotidiano feminino, ao mesmo tempo em que lançou luz para que o espaço das mulheres e as experiências se tornassem campo de interesse da Historiografia. Na mesma esteira de pensamento, Louise Tilly adverte que "[...] toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres" (1994, p. 31). A autora declara que o campo de estudo das mulheres – e consequentemente dos estudos de gênero – surgiu conectado à ebulição do feminismo no período.

Paralelamente, assistimos às interrogações sobre a representatividade do feminismo no interior do próprio movimento. Até então, a categoria "mulher" era instrumentalizada para dar conta de todas as experiências femininas e pautar as reivindicações do movimento. Entretanto, a vivência das militantes, ao lado das discussões teóricas, levou a indagar em que medida o termo daria conta de visibilizar as clivagens de classe, raça, sexualidade, etnia e geração. Assim, as discussões sobre a "diferença dentro da diferença" levaram à reflexão sobre a multiplicidade de questões imersas na identidade política mulher, não sendo possível reduzi-la ao universalismo e à singularidade. Como aprofundam as historiadoras Joana Maria Pedro e Rachel Soihet:

Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma 'diferença' – dentro da diferença. Ou seja, a categoria 'mulher', que constituía uma identidade diferenciada da de 'homem', não era suficiente para explicá-las. Elas não consideravam que as reivindicações as incluíam (2007, p. 287).

Na América Latina, esses debates ocorreram entre os anos de 1980 e 1990, momento em que muitos países retornavam à vida democrática. Nesse mesmo recorte cronológico, a política neoliberal encontrou maior espaço no Cone Sul. A proposta, que já havia sido aplicada no Chile, durante o regime ditatorial de Augusto Pinochet, encontrou solo fértil em países como Peru, Bolívia, México, Argentina e Brasil. Essa drástica mudança política, marcada pela diminuição do papel do Estado, foi acompanhada de um lado pela rápida expansão das Organizações Não Governamentais (ONGs) e, de outro, pela inserção de alguns pontos da agenda feminista nas esferas institucionais dos novos Estados democráticos.² Essa ordem sociopolítica acarretou modificações para os feminismos, especialmente a partir do desenvolvimento da onguização. Sonia Alvarez (2009) analisa que esse processo não implica meramente na passagem de um movimento autônomo para uma "ONG", mas sim em alterações estruturais. Tais organizações passam a seguir um determinado modelo e desenvolver projetos, financiados por agências de cooperação internacional que contam, na maioria das vezes, com equipes especializadas e remuneradas. Na mesma direção, Fraser (2009) avalia que as políticas neoliberais impactaram tanto a arena quanto a agenda dos feminismos, os quais passaram a relacionar-se, cada vez mais, por meio de redes transnacionais e campanhas globais, a exemplo dos Direitos Humanos das Mulheres, em detrimento das demandas mais específicas e regionais.

Na América Latina, Alvarez (2009) argumenta que as políticas neoliberais resultaram em um *boom* das ONGs, incidindo em uma acentuação das atividades dessas e de outros setores da sociedade civil. Segundo a autora, a imbricação das relações das feministas com o Estado, com as organizações intergovernamentais e com as instituições financeiras gerou uma "institucionalização" das pautas do movimento. Notoriamente, o debate não passou incólume e vozes críticas perguntaram sobre a capacidade de autonomia

das integrantes de ONGs e de espaços institucionais, bem como sobre a eficácia de seus projetos na transformação da realidade feminina. Além disso, questionou-se se esse novo campo de atuação não provocaria uma substituição da militante pela "profissional de gênero", ou seja, a nova conjuntura poderia converter as ativistas em "especialistas" em determinados campos de gênero, provocando uma atuação mais "profissional" e menos "militante". Isto é, passou-se a interrogar se o terreno do movimento autônomo – independentemente de qualquer vínculo institucional – cederia, aos poucos, espaço para uma articulação majoritária entre as ONGs, os órgãos criados pelos novos Estados democráticos, os fundos de financiamento e a sociedade civil, implicando em uma perda de autonomia política para os feminismos. Para Alvarez, a crítica advinha do receio de que o feminismo privilegiasse as arenas estatais e internacionais de atuação em detrimento dos projetos de transformação cultural das representações predominantes de gênero, promovidas por meio das mobilizações de base. A autora explica que, para essa vertente crítica, o "perigo [...] é o de que a dimensão ética-cultural do projeto fundador de transformação feminista possa ser esquecida por um número crescente de feministas e ignorado (e finalmente silenciado) por instituições políticas, econômicas e culturais dominantes" (ALVAREZ, 2000, p. 414).

Verónica Schild (2017), apesar de não refutar a influência da onguização e das medidas neoliberais sobre o feminismo, pondera sobre as especificidades próprias latino-americanas. Ela argumenta que, além dos movimentos feministas não serem homogêneos, apresentando cisões e fissuras, há ainda os contextos políticos culturais e políticos próprios que podem imprimir graduações diferentes a esse arranjo, isto é, apesar de partilharem de cenários comuns, os feminismos latino-americanos podem dar respostas diversas a esses mesmos processos. Desse modo, neste artigo, apresentaremos como a questão da autonomia esteve presente na revista *Brujas*,

² Podemos citar como exemplo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), instituído no Brasil em 1985, da Subsecretaria de la Mujer, criado em 1987, na Argentina, e do Servicio Nacional de la Mujer (Sernam), fundado em 1991, no Chile.

publicada pela Asociación de Trabajo y Estudio de la Mujer "25 de noviembre" (Atem), em Buenos Aires, Argentina, entre os anos de 1983 e 1996, período que as discussões sobre a autonomia foram consideradas centrais para os feminismos latino-americanos. Visamos compreender os impactos desse novo cenário político, social e econômico por meio da análise desse boletim feminista, uma vez que o mesmo circulou, de forma ininterrupta, por três décadas, sendo, portanto, um importante referencial nas discussões sobre o feminismo argentino e latino-americano.

A reorganização do movimento feminista em ares democráticos

Em 1976, a Argentina entrava, uma vez mais, em um período de perseguição, violência e censura aos movimentos sociais e políticos. É oportuno recordarmos que, entre as décadas de 1960 e 1970, a Argentina vivenciou vários golpes políticos, com presidentes eleitos destituídos do poder por grupos militares.³ Em março de 1976, um novo golpe assolou o país pela intitulada Junta de Reorganización Nacional, formada pelo general Orlando Agosti, da Aeronáutica; por Emilio Massera, da Marinha; e pelo general Rafael Videla, comandante do Exército, que ficou a cargo da presidência. Pilar Calveiro (2013) advoga que o golpe foi orquestrado em concordância pelas três forças armadas, o que era algo raro, e em consonância com os anseios de parcela da sociedade, especialmente das classes médias insatisfeitas com os sucessivos períodos de instabilidade social e política. Três anos antes, o país assistiu ao agravamento da crise econômica, a pior até então; ao ressurgimento de movimentos de esquerda e à escalada da violência estatal e paraestatal. Esses fatos levaram à crença de que o país vivia sob o "caos" e, frente a isso, os militares reapareceram, uma vez mais, como "salvaguardas" da nação. A ditadura militar instaurada na Argentina foi con-

siderada a mais cruel não apenas em relação aos regimes ditatoriais anteriores, mas, também, em comparação com os governos militares latino-americanos do mesmo período. Maria Helena Capelato diz que muitos se perguntaram como foi possível que o país considerado mais desenvolvido e culto do Cone Sul "passasse a ocupar lugar de destaque na evocação das tragédias do século XX" (2006, p. 62).

Entretanto, o regime militar não trouxe estabilidade econômica ou social. Ao contrário, a passagem dos anos de 1970 para os de 1980 foi marcada pela acentuação da crise econômica e social, resultante da desindustrialização, das privatizações e do congelamento de salários. A imbricação desses fatores acarretou o aumento do índice de pobreza, da inflação e da dívida externa. Ao lado desses fatores, o país entrou em guerra contra a Inglaterra pelo controle e posse das Ilhas Malvinas (Falklands). Todavia, a decisão apenas acirrou a crise, pois, apoiada pelos Estados Unidos, a Inglaterra rapidamente venceu o exército argentino, resultando em um enfraquecimento do regime militar. Em decorrência desses fatos, em dezembro de 1981, cerca de 300 mil pessoas foram às ruas de Buenos Aires exigir o retorno democrático. Sem suporte norte-americano e pressionado pelos movimentos populares, os militares iniciaram as negociações para a transição democrática.⁴

Em 1983, Raúl Alfonsín, candidato da Unión Cívica Radical (UCR), ganhou as eleições presidenciais e encontrou um cenário árduo. Além de ter que responder aos movimentos populares, precisou traçar medidas de contenção da crise econômica que se alastrava pelo país. Frente ao crescente repúdio social às violações dos Direitos Humanos, ainda em 1983, criou a Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (Conadep), presidida pelo escritor Ernesto Sábato, com o objetivo de investigar os crimes e os

³ Nos anos que precederam o golpe de 1976, foi orquestrado o retorno do ex-presidente Juan Domingos Perón a fim de resolver o clima de instabilidade que atingia o país. Em 1973, Perón foi, novamente, eleito presidente, mas sua morte prematura, no ano seguinte, acirrou os problemas conjunturais resultando no golpe de 1976.

⁴ Desde 1981, os partidos políticos vinham se rearticulando por meio da *Multipartidaria*, e, no ano seguinte, as tradicionais forças políticas - o justicialismo e o radicalismo - começaram a se movimentar para o retorno da democracia e das eleições que ocorreriam. Além disso, movimentos sociais, como os das "Madres de Mayo" faziam manifestações públicas, as quais foram reprimidas, em muitos casos com prisões ou desaparecimentos de alguns de seus militantes.

desaparecimentos forçados ocorridos durante o regime militar. Como resultado das pesquisas, no ano seguinte, foi publicado o *Informe Nunca Más*, documento que expôs as características do sistema de tortura e a política de desaparecimento de pessoas perpetrada durante o governo ditatorial.⁵

O retorno democrático possibilitou que grupos de estudo e conscientização que, até então, estavam organizados clandestinamente, viessem à público. Silvia Chejter (1996) afirma que, ao longo dos anos 1980 e, sobretudo, a partir de 1984, surgiram diversas organizações civis, sindicais, comunitárias, políticas e acadêmicas, sendo que muitas tinham entre suas fundadoras militantes feministas. Dora Barrancos (2007) ressalta que também foi nesse período que se conformaram linhas de pesquisa e centros de estudo sobre a condição feminina, tendo como norte os problemas levantados pelos coletivos feministas na década anterior.

Os ares democráticos também favoreceram o intercâmbio entre o movimento de mulheres e os de feministas, dando ensejo à constituição de grupos de consenso interpartidários, como o Nucleamento de Mujeres Políticas e a Multisectorial. Essa organização, em especial, representou uma grande força política, concentrando feministas, partidárias, donas de casa e sindicalistas, e representou um espaço para "intercambiar ideas y canalizar acciones conjuntas que permitieran expresar las reivindicaciones de género" (ALMA, LORENZO, 2009, p. 81). Entre as agremiações que compuseram a Multisectorial encontrava-se a ATEM "25 de noviembre", um grupo feminista considerado "radical" e que atuou no cenário político autônomo de Buenos Aires por três décadas. A data que integra o nome da organização é uma referência ao Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, definida a partir do I Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (EFLAC),

em alusão ao assassinato das irmãs Mirabal pelo regime militar da República Dominicana, em 25 de novembro de 1960.⁶ Logo, o combate à violência de gênero foi um dos pilares da associação. Entretanto, a ATEM não se configurou como instituição especializada no tema, ao contrário, como advoga Chejter, a entidade foi "un espacio de encuentro y debate entre feministas de diversos grupos y feministas independientes", tornando-se "un importante referente para el movimiento de mujeres" (1996, p. 28).

A associação foi fundada em 1982, contudo, suas integrantes já se reuniam desde o início dos anos 1980. O grupo era pequeno, constituído por sete mulheres organizadas em círculos de leitura e reflexão sobre a condição feminina. A iniciativa contava com os nomes de Nélide Koifman, Adriana Rofman, Hesperia Berenguer, Marta Fontenla, Margarita Bellotti e Sara Torres, sendo essa um importante nome do feminismo argentino. Essas mulheres tinham idades distintas, entre 25 e 64 anos, e vinham de diferentes atuações políticas. Algumas eram ligadas aos partidos e às organizações de esquerdas, e outras tinham uma conexão prévia com o feminismo dos anos 1970. A ATEM teve relações estreitas com o movimento de Direitos Humanos e com o tema dos desaparecidos políticos.

A apresentação pública da entidade ocorreu em 1982, durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher. Ao lado de outras organizações, como do Centro de Estudios de la Mujer (CEM) e do Centro de Estudios de la Mujer Argentina (CEMA), as integrantes da ATEM distribuíram pequenos folhetos comunicando o surgimento do grupo. Meses depois, em uma reunião pública, foi explicada a origem, a forma de funcionamento e os pressupostos norteadores da agremiação, entre os quais figuravam a autonomia e a luta contra a

⁵ O relatório foi de suma importância para a promulgação de um decreto, assinado por Alfonsín, que possibilitou o julgamento das Juntas Militares em 1985. Por essa lei, os generais Jorge Videla, Emilio Massera, Roberto Viola e Orlando Agosti foram consideradas culpadas e condenados, sendo os dois primeiros sentenciados à prisão perpétua. Notoriamente, diversos setores das Forças Armadas reagiram às condenações e deram início a uma série de levantes e rebeliões, resultando em medidas, pelo presidente, que levaram à desconsideração de tais leis.

⁶ Minerva, Patria e Maria Teresa Mirabal, conhecidas como "las Mariposas", tiveram forte atuação na oposição ao regime ditatorial de Rafael Trujillo, na República Dominicana. Patria e Maria Teresa já haviam sido presas algumas vezes e, em 1960, a polícia secreta ditatorial armou uma emboscada, violentou e assassinou as três irmãs. O crime teve repercussão internacional e a morte das "mariposas" tornou-se símbolo da luta contra a violência direcionada às mulheres. A respeito ver: MARIN, María Jimena. Las mariposas Mirabal: infinito vuelo de resistencia. *Millcayac. Revista Digital de Ciencias Sociales*, Mendoza, v. IV, n. 6, 2017.

violência direcionada às mulheres. No documento entregue às participantes, a ATEM apresentou-se como uma associação democrática e horizontal, em que as decisões deveriam ser tomadas pelo coletivo de mulheres que compunham a entidade, em reuniões periódicas. Para isso, foi esboçado um modelo de funcionamento que previa a formação de um comitê executivo e de comissões rotativas com o objetivo "cuidar da burocratização", inerente às organizações, e "evitar a especialização". O documento também firmava que a entidade era independente de qualquer outra organização política ou institucional. Em relação aos partidos e sindicatos, a justificativa estava alinhada à crítica presente em outras agremiações feministas latino-americanas do período: a irrelevância que as demandas do movimento ocupavam dentro desses espaços. Deste modo, expõe como a autonomia seria central para a entidade.

Decíamos que conformamos un movimiento autónomo porque no estamos subordinadas a ningún otro tipo de organización, oficial o privada, religiosa, política o sindical. Creemos que trabajamos por los problemas que nos afectan solamente a nosotras, que son específicos de las mujeres. [...] Porque además la historia nos dio la triste experiencia de cuando la lucha feminista aparece dentro de otra organización – como sucedió con el surgimiento del feminismo dentro de los partidos progresistas en Argentina – los planteos de las mujeres van quedando relegados a lugares secundarios. Nosotras no creemos que nuestra discriminación como seres humanos sea un problema secundario, de modo que es nuestra tarea el otorgarle la importancia que tiene⁷.

Dentro desse contexto, a ATEM também foi responsável por promover debates, cursos e mesas redondas. Entre tais atividades, estavam as Jornadas Feministas, realizadas anualmente entre 1982 e 2012, desenvolvidas a partir de um eixo temático e organizadas entre mesas e oficinas, nas quais era possível participar tanto como apresentadora de trabalho quanto como ouvinte. O grupo também produziu mais de quarenta números dos *Cuadernos Feministas*, um compêndio com fotocópias dos artigos discutidos nas reuniões da entidade.

Brujas: uma imprensa autônoma e engajada

Em 1983, a ATEM deu início à publicação do *Brujas*, um boletim feminista editado, de forma ininterrupta, por trinta anos. A escolha do nome era uma referência à perseguição e à morte das mulheres denominadas bruxas por transgredirem costumes e leis locais durante o período medieval europeu. Silvia Federici analisa que o feminismo retirou da clandestinidade o fenômeno histórico das caças às bruxas, uma vez que, ao analisar a perseguição sofrida pelas mulheres por desafiar uma estrutura de poder, as feministas se identificaram com as bruxas e as adotaram como "símbolo de revolta feminina" (2017, p. 291). Essa perspectiva vai ao encontro da explicação dada pelo grupo ao justificar a escolha do nome do periódico:

En 1982, cuando decidimos publicar lo que en ese momento llamamos "boletín feminista", la elección del nombre no dio lugar a demasiada discusión. Llamarse *Brujas* significaba para nosotras inscribirnos en una tradición feminista que reivindicaba a las mujeres perseguidas por la Inquisición, las pobres, a las adúlteras, a las rebeldes, a las sanadoras. También implicaba subvertir el significado insultante que le atribuye el uso común y asumirlo como parte de una historia de rebeldías, más allá de sus límites históricos.⁸

Deste modo, o boletim feminista queria dar voz para as cenas de tortura e violência vivenciadas pelas mulheres durante o período medieval europeu e, ao mesmo tempo, buscava traçar uma analogia à criminalização do aborto, bem como à violência que atingia especificamente as mulheres latino-americanas na contemporaneidade. Para tanto, em quase todos os números do periódico, há um texto introdutório traçando um paralelo entre as vivências, ou, ainda, as narrativas que buscam explicar quem eram e como agiam as "mulheres/bruxas" em outros tempos históricos. Assim, práticas consideradas como "feitiçarias", como o uso medicinal de plantas ou o conhecimento do próprio corpo, são apresentadas como formas de saber femininos que foram silenciados e considerados como "impróprios"

⁷ Trecho da "Propuesta de Funcionamiento", ATEM, 1982, Archivo CeDInCi.

⁸ BRUJAS. Buenos Aires: n. 23, año XV, 1996. p. 1.

pelas esferas patriarcais de poder. Na terceira edição, ainda em 1982, *Brujas* enfatizou esse paralelo entre passado e presente ao declarar, em seu editorial, que:

Hoy, en Argentina, se abre una nueva etapa de democratización y en este marco las feministas queremos hacer oír nuestras voces y rescatar el lugar ignorado de la mujer en la historia, como también el carácter revolucionario de su rol protagónico. [...] La historia de las brujas, símbolo de la lucha y la opresión de las mujeres a través de los tiempos, se vincula íntimamente con nuestra experiencia actual y permanece viva en el esfuerzo cotidiano contra la violencia, la discriminación y la desigualdad.⁹

A imprensa escrita por mulheres tem se tornado uma importante fonte para os estudos que visam a compreender tanto o engajamento local e transnacional do feminismo quanto a circulação de ideias e a constituição de redes de militância. Michelle Perrot (2008) adverte que foi a partir de meados do século XIX que feministas europeias e de outros países ocidentais, cientes do papel que a imprensa ocupava na opinião pública, a tomaram como palco central de suas reivindicações. A historiadora demonstra que, diferente dos periódicos voltados para as questões "femininas", essa imprensa foi engajada e trouxe à tona temas como o direito das mulheres ao trabalho, a igualdade salarial, a formação de cooperativas e, claro, o voto.

Na América Latina, a imprensa redigida por mulheres também data de meados do século XIX. Na Argentina, desde a primeira metade do século XIX há registros de organizações, centros de estudos e publicações de revistas e jornais feministas.¹⁰ Durante a primeira década do século XX não foi diferente. Despontaram diferentes vertentes da imprensa feminista reivindicando

do direitos políticos e sociais. Segundo Leonor Calvera (1990), nesse intercurso foram fundadas várias agremiações de feministas, de estudantes e de trabalhadoras que colocaram as questões relativas às mulheres no campo político, muitas delas por meio da imprensa.¹¹

Durante os trinta anos em que esteve em circulação, *Brujas* definiu-se como uma publicação feminista independente e autofinanciada. A autonomia financeira, teórica e institucional era um ponto nodal. A respeito do autofinanciamento, a partir de 1989, o boletim passou a estampar a seguinte mensagem em sua contracapa: "Esta revista se autofinancia. Su costo se cubre con avisos y con la venta de la misma".¹² No entanto, esse posicionamento refletiu em sua periodicidade, a qual não foi regular. Entre 1983 e 1985, foram editados três periódicos por ano, já em 1988, 1993 e 1994, as publicações foram semestrais. Nos demais anos, as edições saíram anualmente, algumas vezes no mês de março, outras em novembro e um exemplar em agosto. O número de páginas também foi difuso, alternando entre dezesseis e vinte páginas nos três primeiros anos; depois, passou a ter uma média de quarenta páginas e, a partir de meados da década de 1990, as edições ficaram maiores, contendo mais de noventa páginas.

Os aportes financeiros para a edição vinham de contribuições mensais das integrantes da organização, de pequenos anúncios sobre escritórios de advocacia e clínicas de psicologia, de fundos arrecadados em festas e de sua venda individual. Em 1984, a sexta publicação informou sobre a realização de um *Aquelarre*, isto é, uma reunião noturna de bruxas, organizado, justamen-

⁹ BRUJAS. Buenos Aires: n. 3, año I, 1982. p. 1.

¹⁰ Datam desse período os periódicos *La Aljaba* (1830), *Las Camelias* (1854), o Álbum de Señoritas (1854), que versavam sobre a importância da educação para as mulheres, diferente do periódico anarco-feminista, *La Voz de la Mujer* (1896 e 1897) que trouxe à tona as discussões sobre a opressão feminina por classe e gênero.

¹¹ Durante os anos de 1960, são exemplares a revista *Persona*, o jornal *Alfonsina*, publicado em Buenos Aires, e os periódicos *Unidas e Chancleta*, editados em Rosário. A respeito das publicações ver: BORTOLOTTI, Mariana; FIGUEROA, Noelia y VIANO, Cristina. *Pioneiras: la constitución del movimiento feminista en Rosario, Zona Franca. Revista del Centro de Estudios Interdisciplinario sobre las Mujeres, y de la Maestría poder y sociedad desde la problemática de Género*, n. 25, 2017; FIGUEROA, Noelia Eva; BORTOLOTTI, Mariana. El feminismo argentino en la apertura democrática. La experiencia autónoma de Unidas, Rosario (Argentina) 1982-1988; *Revista Izquierdas*, Santiago de Chile, n. 21, 2014; DIZ, Tania. Tensiones, genealogías y feminismos en los 80. Un acercamiento a Alfonsina, primer periódico para mujeres. *Mora*, Buenos Aires, v. 17, n. 2, 2011.

¹² De acordo com Oliveira (2019), a perspectiva do autofinanciamento nem sempre foi consensual. Em entrevista, as editoras da revista defendem que uma fração do coletivo propôs o envio de um projeto à Fundação Ford, com o intuito de obter financiamento. Entretanto, a proposta gerou rupturas no coletivo e deu vida a uma nova associação denominada *Alternativa Feminista*, a qual, no entanto, não chegou a se estabelecer como uma ONG ou a trabalhar com projetos financiados.

te, para cobrir as despesas do boletim. Como foi explicado: “[...] ese *Aquelarre* fue organizado para recaudar los fondos necesarios para imprimir el Boletín que están leyendo ahora y por supuesto para disfrutar de esa hermosa noche junto a todas las personas que nos apoyan con su presencia”.¹³ Notoriamente, essa posição também impactou em sua tiragem e circulação. Nos cinco primeiros anos, não há nenhuma menção à tiragem do boletim, aparecendo apenas na décima segunda edição, em 1988, quando foi divulgada a quantia de 800 exemplares, número que passou a ser mencionado nas demais edições. O principal meio de circulação do boletim era a venda de “*mano en mano*” e, segundo a editora responsável, ele era vendido a preços acessíveis e variáveis na sede da ATEM, em eventos feministas e, a partir da década de 1990, na Liberia de las Mujeres.

Assim como outras publicações autofinanciadas, *Brujas* apresentou um projeto gráfico simples e bastante artesanal. Nos primeiros cinco anos, o boletim foi datilografado, impresso em preto e branco e frente e verso, no formato de livreto. Não há fotografias em seu interior, apenas algumas ilustrações compostas por desenhos artesanais e, raramente, encontramos algumas charges. A partir de 1989, o boletim passa a trazer um registro de propriedade intelectual, mesmo momento em que passou a mesclar textos datilografados e digitados, formato que foi constante a partir de 1993. A impressão em livreto, preto e branco, permaneceu em todas as edições. A maioria das capas é simples, muitas vezes contando apenas com o logo, o nome do grupo ou o título de alguma matéria. A partir do sexto ano de publicação, isto é, em 1988, as capas ganharam cores e o uso de ilustrações artesanalmente feitas ou embasadas em recortes tornaram-se frequentes, sendo assinadas, em grande parte, por Edith Costa ou pela artista Josefina Quesada.



Figura1 – Logo Boletim *Brujas*

Fonte: *Brujas*, capa, n. 9, ano III, 1985.

A partir de 1996, o boletim adotou um novo modelo, publicando artigos que foram apresentados nas Jornadas Feministas. O periódico, que até então publicava artigos autorais de suas militantes e traduções de teóricas feministas, ganhava, a partir daquele momento, “ares mais acadêmicos”. Por essa via, nomes de pesquisadoras da área de gênero, como Mónica Tarducci e Diana Maffia, passaram a compor o índice do boletim. Isso não implica afirmarmos que nos números anteriores essas pesquisadoras e militantes não contribuísem para a publicação; ao contrário, sempre houve um intercâmbio entre as duas frentes. Contudo, o periódico passou a adotar um modelo mais próximo das publicações acadêmicas, isto é, com um eixo temático norteador e com algumas autoras especialistas na área. Outra mudança foi em relação à parte gráfica: as capas passaram a ser impressas em papel fosco e colorido, ainda que a parte interna continuasse preta e branca. Além disso, algumas charges e tirinhas foram inseridas, em sua maioria retiradas de outras publicações, como o boletim *Isis* Internacional ou a revista *FemPress*. Além dos artigos analíticos e autorais, o boletim publicou traduções de artigos de feministas europeias e norte-americanas, a exemplo de Charlotte Bunch, Adrienne Rich¹⁴ e Simone de Beauvoir; entrevistas e artigos de militantes da região, como Celia Amorós e Margarita Pisano; e artigos publicados na revista latino-americana *Mujer FemPress*. À luz disso, *Brujas* pode ser con-

¹³ BRUJAS. Buenos Aires: n. 6, año II, 1986, p. 13.

¹⁴ É importante frisar que *Brujas* exerceu um papel relevante na circulação de ideias sobre o movimento lésbico feminista, especialmente após o III EFLAC, em 1985, em Bertioga. No ano seguinte, a ATEM organizou uma jornada de estudos com Empar Pineda, fundadora do *Colectivo de Feministas Lesbianas de Madrid*, que havia participado do encontro em Bertioga. Além dos debates que realizou na entidade feminista, Pineda trouxe números da revista *Nosotras que nos queremos tanto...*, editada pelo coletivo espanhol e a tradução do artigo “Heterossexualidade Compulsória”, de Adrienne Rich, o qual foi publicado por *Brujas* em três números consecutivos após as jornadas.

siderado uma expressão da imprensa alternativa e engajada que procurou dar espaço para diferentes vozes – ainda que pouco dissonantes- do feminismo argentino e latino-americano.

A questão da autonomia nas páginas de Brujas

Como dito, a defesa da autonomia foi central para o periódico argentino. Em suas páginas, a publicação defendeu uma prática conexas a um *corpus* teórico, sendo assim, a autonomia deveria estar presente nos pressupostos teóricos que orientam o feminismo quanto em sua atuação política. Logo, o boletim posicionou-se criticamente ao processo de onguização e à entrada das questões de gênero nas esferas institucionais de poder. Alvarez *et al.* (2003) avaliam que, ainda que as mulheres buscassem fazer alianças em torno de suas demandas, o ideal de autonomia era reivindicado em relação aos partidos políticos, ao Estado, às agências de cooperação internacional e, inclusive, em relação a outros movimentos sociais. Por seu turno, Maria Lygia Quartim de Moraes (2003) advoga que o patriarcado presente nas esferas políticas fez com que as latino-americanas defendessem a autonomia do movimento e a criação de instituições sem hierarquias ou monopólios. Assim, na primeira metade da década de 1980, as feministas, receosas de que suas demandas fossem cooptadas ou instrumentalizadas por tais instituições, criaram discursos políticos que visavam a salvaguardar a independência da militância, especialmente em relação aos partidos políticos.

Como em outros países do Cone Sul, a Argentina também assistiu à incorporação de parte da agenda das feministas pelo Estado. Josefina Brown (2008) considera que desde 1985, o cenário internacional, legitimava a agenda dos coletivos feministas e de mulheres e o governo de Alfonsín incorporou parte das demandas de gênero por meio da criação do Programa de Promoción de la Mujer y la Familia, no interior do Ministério da Saúde e da Ação Social e, posteriormente, em

1987, com a criação da Subsecretaría de la Mujer, vinculado ao Desarrollo Humano y Familia, ficando a cargo de Zita C. Montes de Oca, militante política que, no entanto, não era vinculada ao feminismo. O órgão tinha por objetivo assegurar o reconhecimento das demandas femininas dentro do Estado e distanciar-se das propostas meramente assistencialistas. Não obstante, Brown afirma que, além das dificuldades internas, o programa enfrentou resistência por parte das feministas temerárias de que o espaço implicasse na perda da autonomia do movimento.

Brujas foi um dos porta-vozes desta crítica. Em sua décima primeira edição, em 1987, trouxe em seu editorial uma crítica à dispersão do movimento, principalmente na organização das comemorações do Dia Internacional da Mulher. De acordo com a narrativa, com o intuito de resolver questões imediatas, a visão do movimento estava comprometida, não vendo o "bosque" e enxergando apenas "el arbolito" mais próximo sem se perguntar como surgiu, se foi como resultado das lutas e necessidades femininas "[...] o si fue trasplantado por alguien ajeno al movimiento, si contribuye para la liberación de las mujeres o se conduce a la cooptación de nuestros esfuerzos y posibilidades por la sociedad patriarcal – llamase políticas del Estado, partidos políticos, agencias, etc."¹⁵ O editorial argumentou que as feministas deveriam construir um *locus* político em que as prioridades fossem debatidas pelo movimento de forma autônoma. A partir deste espaço, o movimento poderia estabelecer relações com o Estado, com os partidos políticos ou com as instituições financeiras. Podemos ler este editorial como uma crítica, ainda que não explícita, às políticas públicas de gênero delineadas a partir do Estado e a uma possível "passividade" do movimento em "se contentar" com a agenda política definida pelo órgão.

As críticas às relações entre o movimento feminista e o Estado apareceram, novamente, em 1988, durante o III Encontro Nacional de Mujeres, sediado em Mendonza. O artigo "¿Hacia

¹⁵ BRUJAS. Buenos Aires: ano V, n. 11, 1987: p. 1.

un movimiento autónomo de mujeres? Los encuentros nacionales" interrogou a independência do movimento frente ao processo de institucionalização. Ao tratar do evento, o texto ressaltou que, diferente dos dois anteriores, não houve autonomia em relação ao Estado. A vinculação teria sido perceptível pela presença e homenagens aos funcionários do governo, inclusive com espaço reservado para um discurso, proferido pelo governador, que estava "lleno de lugares comunes antifeministas". O artigo avaliou que não se sabia as razões da comissão organizadora ter escolhido este caminho, porém, o certo era que:

[...] se quedó comprometida la autonomía del Encuentro. No es posible que el movimiento de mujeres siga requiriendo la aprobación masculina, la legitimación patriarcal de sus acciones. Porque precisamente existe y se desarrolla en contra la opresión patriarcal y es a partir de allí que comienza a constituirse en movimiento social, la identidad propia, con objetivos definidos desde nosotras mismas y con proyectos sociales a construir. La autonomía implica la condición de posibilidad para comprender y analizar nuestra propia opresión y luchar contra ella. Significa el punto de partida necesario para desarticular el discurso masculino acerca de la "femineidad" y desarrollar nuestro propio discurso, el que surge de nuestras experiencias de mujeres. [...] Autonomía es independencia del Estado, de los partidos, de los sindicatos, de las financiadoras, de toda otra institución.¹⁶

A autonomia defendida pelo periódico estava imbricada na capacidade de organização do movimento, o que incluía os encontros feministas que deveriam ocorrer sem amarras ou "consentimentos". Isto é, para o corpo editorial, a autonomia implicava em um campo horizontal de diálogo com os poderes institucionais, fossem eles os partidos políticos ou o Estado. Deste modo, a autonomia de pensamento, ação, crítica, autofinanciamento e autogestão seriam dorsais para a atuação do feminismo. A postura do periódico pode ser explicada, em parte, pela

cultura política e literária da Argentina. Desde o século XIX, o país adotou políticas de educação pública e laica.¹⁷ Também foram incentivadas a construção de bibliotecas públicas locais e projetos editoriais que visavam a venda de livros a preços populares. De acordo com Leandro Gutierrez e Luis Alberto Romero (1989), no início do século XX, em Buenos Aires, todos os bairros tinham uma biblioteca que era mantida, muitas vezes, de forma autônoma ou em parcerias com escolas e clubes. Muitas editoras vendiam obras de literatura universal, de vanguarda e de pensamento social a preços populares, sendo que algumas obras podiam ser adquiridas por 30 centavos. Ao lado desse aspecto, há, ainda, uma cultura política marcada, historicamente, por um caráter mais autonomista e crítico às relações entre os movimentos sociais e o Estado.¹⁸ Esses fatores imbricados nos possibilitam compreender tanto a postura mais reativa e de "espaldas" para a institucionalização, predominante no periódico, e a circulação, por três décadas, de uma imprensa alternativa, engajada e autofinanciada.

Com o processo de onguização crescente na América Latina, a preocupação com o autofinanciamento dos eventos não se reduzia à nível local. Em sua décima segunda edição, ao tratar do IV Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado no México, em 1987, o periódico ressaltou que um dos temas centrais foi, justamente, o de pensar sobre os efeitos que o financiamento internacional e de fundações de direita exerciam no movimento. De acordo com as memórias publicadas, esse era "un asunto importante para nosotras, que también aspiramos el autofinanciamiento, no solo en los encuentros, más en todas nuestras actividades".¹⁹

Nos anos de 1990, a política neoliberal encontrou, uma vez mais, espaço na sociedade argenti-

¹⁶ BRUJAS. Buenos Aires: año VI, n. 14, 1988, p. 29.

¹⁷ Durante o governo presidencial de Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874), foram realizados projetos de educação pública e laica. Dada às pressões femininas já existentes, professoras estrangeiras chegaram ao país para que as mulheres também tivessem acesso ao ensino. Ainda que a educação seguisse os moldes tradicionais e se centrasse no papel das mulheres na família, isso permitiu que as argentinas ingressassem no mundo letrado e cultural antes de suas vizinhas latino-americanas. Tais fatores possibilitaram a inserção mais acentuada das mulheres nas universidades, que puderam seguir algumas carreiras, especialmente a de professora.

¹⁸ María Helena Capelato (1998), ao analisar comparativamente o uso da propaganda nos governos de Vargas e Perón, demonstra que na Argentina, houve, por parte dos intelectuais, muitos declaradamente peronistas, oposição mais radical e frontalmente crítica ao governo quando comparada aos intelectuais brasileiros que participaram do regime varguista.

¹⁹ BRUJAS. Buenos Aires: año VI, n. 12, 1988, p. 24.

na. No final dos anos 1980, o governo de Alfonsín não conseguiu reverter o quadro econômico e gerou uma crise de representatividade política. Nesse contexto, o Partido Justicialista começou a rearticular uma oposição tendo em vista as eleições de 1989. Esteban Campos (2009) advoga que, desde 1987, já se delineava no peronismo uma "ala renovadora", que buscava distanciar-se do discurso nacionalista e sindicalista dos anos 1970 e construir uma imagem calcada na tecnocracia e no profissionalismo. Entre os integrantes dessa ala, figuravam os nomes de Carlos Menem, Carlos Grosso, Juan Manuel De la Sota e Antonio Cafiero, sendo que o primeiro venceu as eleições internas e saiu candidato nas eleições de 1989. Durante o processo eleitoral, Menem conciliou distintas forças políticas, como a elite econômica tradicional e grupos de esquerda, e construiu uma campanha pautada no "salariazio" e na "revolução produtiva", levando-o a ganhar as eleições no primeiro turno. Alfonsín antecipou a sua saída, entregando o cargo em outubro do mesmo ano. Menem representou a volta do peronismo ao poder. Porém, contrariando a sua campanha de caráter popular, o justicialista colocou em prática a agenda neoliberal que já havia sido esboçada durante o regime militar.²⁰

Com a incorporação das medidas neoliberais, muitos movimentos sociais argentinos, entre eles algumas vertentes do feminismo, também se organizaram por meio de ONGs e buscaram apoio financeiro de agências nacionais e internacionais. Segundo Liliana Fedullo e Cecilia Luque, a institucionalização de tais grupos foi uma forma de "[...] solventar las cuestiones prácticas de financiamiento y coordinación de sus acciones con las instituciones políticas transnacionales" (2003, p. 36). Na contramão de outras publicações contemporâneas, *Brujas* não aderiu à onguização ou aos financiamentos internacionais²¹ e investiu

em uma crítica mais acentuada sobre o impacto da nova conjuntura na militância feminista.

A partir dos anos de 1990, *Brujas* ampliou o espaço destinado ao debate sobre a autonomia, dedicando vários artigos para as implicações da atuação das feministas em ONGs e das políticas de financiamento no movimento. Assim, tornaram-se mais frequentes publicações sobre ética e feminismo, feminismo e neoliberalismo, feminismo e financiamento, movimentos sociais e ONGs, demonstrando como a questão, que já era vislumbrada como importante, ganhou maior centralidade. A discussão também apareceu diluída nos textos sobre os encontros nacionais e latino-americanos e houve uma aproximação da ATEM com ativistas e grupos feministas latino-americanos que partilhavam a posição autonomista, a exemplo do coletivo anarco-feminista *Mujeres Creando*, da Bolívia, e do *Colectivo Cómplices*, formado por militantes mexicanas e chilenas, que contribuíram para o periódico com artigos e entrevistas.

Como mencionado, a política neoliberal avançou no território latino-americano trazendo interrogações sobre seu efeito nos movimentos sociais. No campo do feminismo, as discussões deram-se em torno das denominadas "institucionalizadas" correspondente às feministas que atuavam em ONGs. Questionava-se a respeito da atuação destas militantes, uma vez que suas atividades envolviam projetos financiados, horários e salários, fazendo com que suas integrantes fossem, muitas vezes, chamadas de "profissionais de gênero" e não reconhecidas como militantes. A atuação, tantas vezes, vinculada a áreas específicas, ligadas à formação acadêmica das integrantes, acentuava ainda mais a crítica sobre a possível profissionalização do engajamento. Diante deste novo formato, muitas feministas passaram a questionar se havia uma fronteira que

²⁰ Josefina Brown (2008) avalia que junto às medidas neoliberais, avançou no país um discurso conservador centrado, especialmente, na criminalização do aborto, tema que foi apoiado pela Igreja, e que gerou inúmeras reações das feministas, uma vez que o presidente propôs uma reforma constituinte e a possibilidade da "Cláusula de Barra".

²¹ Em estudo comparativo sobre a imprensa, Oliveira (2019), analisa que, no mesmo período, no Brasil, o jornal *O Mulherio* era financiado pela Fundação Ford e o periódico lésbico feminista *Chanacomchana* encerrou suas edições para dar vista a uma nova publicação, o boletim *Um Outro Olhar*, editado por uma ONG homônima e que contou com várias parceiras institucionais para suas edições. No Chile, o processo de onguização foi ainda maior e inúmeras publicações direcionadas para a defesa dos direitos das mulheres contavam com financiamentos de organizações internacionais.

distinguiu a "autêntica militante" e a "profissional de gênero" e qual seria a capacidade de crítica e de transformação daquelas que tomavam o campo que deveria ser da militância e da subversão como local de trabalho. *Brujas* fez parte do grupo que tratava dessas indagações. Em um de seus artigos externou a preocupação ao expor que:

Otro problema que se plantea: con relación al financiamiento, es la pérdida de la potencialidad militante de las mujeres, y la transformación del feminismo en una profesión, perdiéndose la diferencia entre trabajo que se realiza por convicción en una ideología y una acción transformadora, capaces de subvertir el orden patriarcal, y la fuente de ingresos que proveen las rentas para vivir.²²

Apesar da crítica, o artigo argumenta que há exceções e que seria injusto não reconhecer que havia grupos que recebiam financiamento e que o utilizam de forma coerente com o objetivo de fortalecer a militância. De igual forma, ponderou que, em raros casos, havia organizações financiadas em que as ativistas não recebiam nenhum tipo de aporte pessoal que poderia ser considerado como salário e, logo, não poderiam ser compreendidas como "*profissionais*". Entretanto, enfatizou que esses casos eram exceções e, portanto, a relação com os financiamentos deveria ser pensada e discutida.

Notoriamente, a entrada das políticas neoliberais na América Latina resultou em uma mudança nas trilhas que o feminismo caminhava, especialmente para as feministas que atuavam em ONGs. Essas tiveram que lidar com a lógica dos projetos de "empoderamento" direcionados, em particular, às mulheres mais pobres, nos quais há uma prerrogativa do desenvolvimento pessoal, do tornar-se "empreendedora de si". Isto é, com a diminuição do papel do Estado, os indivíduos são vistos como responsáveis por encararem, individualmente as adversidades cotidianas e transformá-las. Assim, os problemas sociais e os direitos não são compreendidos como coletivos e sim como particulares, resultando em uma refração das concepções tanto de Estado de Direito quanto de cidadania. Veronica Schild (2017)

considera que houve, inclusive, uma mudança na linguagem fazendo com que "autonomia" e "igualdade" fossem redefinidas a partir de um discurso liberal centrado nos direitos individuais e no empoderamento por meio do mercado e do consumo. Logo, a apreensão das feministas não era aleatória.

Em sua décima nona edição, *Brujas* trouxe um especial sobre a ética feminista frente ao projeto neoliberal e, seguindo a mesma trilha, na edição de número treze, publicada no décimo terceiro ano, exibiu vários artigos interrogando a autonomia do feminismo na América Latina. O texto "Construyendo fuerza autónoma feminista en América Latina" foi assinado por três coletivos, a saber: a ATEM; Argentina; o Mujeres Creando, da Bolívia; e o Agriculde, do Chile e versou sobre a importância da reconceitualização da autonomia feminista frente à conjuntura específica da América Latina. As discussões teriam ocorrido durante o VI EFLAC, realizado em El Salvador, momento em que as diferentes vertentes do feminismo se manifestaram. A respeito dessas frações, o texto destacou que:

Como una de estas grandes vertientes se presenta la del feminismo autónomo y militante, frente no sólo a aquel feminismo de la doble militancia con los partidos políticos, sino también frente al feminismo de las ONGs y quizás, en algunos países, el feminismo de las políticas sociales de los estados y sus tecnócratas de género. La diferencia entre esas corrientes y otras parten básicamente de las concepciones diferentes de "poder", del "cambio", de la transformación, además de diferencias de objetivos, metodologías, tipo de organización, formas de financiamiento, etc.²³

O artigo afirmou que não visava a homogeneidade no movimento, ao contrário, almejava o respeito à heterogeneidade, especialmente, na representação das mulheres. Porém, asseverou que diante do contexto em "que se vive la ambigüedad de ser complacientes frente al sistema patriarcal" era salutar aos grupos que não adotaram essa lógica, reconceituar o que significa o feminismo autônomo na América Latina. O artigo defendeu o movimento autônomo como aquele que surgiria das necessidades das próprias mulheres sendo

²² BRUJAS. Buenos Aires: año IX, n. 16, 1990. p. 18.

²³ BRUJAS. Buenos Aires: año XIII, n. 13, 1994. p. 20.

auto-organizado e que não tinha sua agenda pautada por pressões de organizações partidárias ou estatais. Sabendo que essa concepção não era uníssona, a publicação convidava os coletivos a escreverem contando qual era sua concepção de autonomia. Em relação às ONGs, o boletim teceu novas críticas argumentando que, além de cobrir um espaço que deveria ser do Estado, tornaram-se um centro "legítimo" de atuação política, desconsiderando ou marginalizando a militância dos movimentos sociais. Essa transformação, de acordo com o periódico, era decorrente do avanço das políticas neoliberais e conservadoras e, assim sendo, era importante refletir sobre o atual papel das ONGs na América Latina.

Segundo Alvarez, *et al.* (2003), a discussão da autonomia, sempre contenciosa, em meados dos anos de 1990, tomou um novo eixo. Se no início dos anos de 1980 debatia-se, durante os EFLAC, a importância da autonomia dos movimentos frente ao Estado e aos partidos; a questão, agora, girava em torno da "verdadeira" agenda feminista. Uma parcela defendia que o engajamento de parte das feministas em instituições políticas nacionais e internacionais era um "passo necessário" para o avanço da agenda transformadora, enquanto para outras representava um "desvio perigoso em direção ao 'patriarcado global neoliberal'". Desse modo, os debates tornaram-se acalorados e passou-se a questionar *quem* poderia ser incluída na "autêntica" comunidade feminista, isto é, "[...] deveriam as militantes agora predominantemente envolvidas em arenas de políticas 'masculinistas' ser vistas simplesmente como a vertente da *advocacy* do movimento, ou estariam elas se 'vendendo', ou, pior ainda, seriam elas 'traidoras' da causa feminista?" (ALVAREZ *et al.*, 2003, p. 550).

Essa questão foi fulcral durante o VII EFLAC, sediado em Cartagena, no Chile, o qual expôs as fissuras entre as feministas "autônomas" e as "institucionalizadas" daquele país. A crise teve início nos anos anteriores, durante os encontros nacionais preparatórios para o evento onde as diferenças entre as feministas engajadas nas instituições governamentais e ONGs se confrontavam como as ditas autônomas. Alvarez *et al.* (2003)

afiança que a vertente chilena denominada de autonomista teve presença majoritária no comitê organizador e teria provocado, "deliberadamente", o confronto entre as duas tendências ao se apropriarem do termo "autônomo" o qual, "historicamente era quase sinônimo de feminismo". Isto é, reforçaram a suposta fronteira que dividiria a "autêntica militante feminista" da "profissional de gênero". O embate não ficou restrito ao Chile e tornou-se transnacional quando as integrantes da ala "institucionalizada" redigiram uma carta, publicada pela revista uruguaia *Cotidiano Mujer*, afirmando que as "autonomistas" estavam manipulando o evento, tornando-o antidemocrático. Assim, alegaram que o evento deveria ser sediado por outro país, a fim de garantir a pluralidade de ideias. Segundo as autoras, a acentuada divisão entre as feministas chilenas advinha, em grande parte, da maneira como as militantes se articularam com o Estado durante o retorno democrático, uma vez que muitas passaram a atuar em agências estatais e na política institucional do novo governo de coalizção, enquanto "[...] outras criticaram veementemente aquilo que percebiam como a moderação injustificada da antiga agenda transformacional de oposição" (ALVAREZ *et al.* 2003, p. 556).

Essa discussão ganhou centralidade no quinquagésimo aniversário de *Brujas*, quando foi publicada uma edição especial sobre o eixo feminismo, autonomia e neoliberalismo. O número recebeu textos autorais e analíticos como os de Margarita Pisano e Sandra Lilid, representantes da ala chilena do coletivo misto *Cómplices* e das integrantes do *Mujeres Creando*, María Galindo e Julieta Paredes. Magui Bellotti e Marta Fontenla, editoras do *Brujas*, redigiram o artigo "Feminismo y neoliberalismo", o qual analisou o paradoxo do neoliberalismo ao buscar soluções individuais para os problemas que ele mesmo gera no cotidiano das mulheres, sobretudo as das camadas populares. Em diálogo com as teorias de Charlotte Bruch e Nancy Fraser, o artigo defendeu a necessidade de recuperar e construir a autonomia do movimento feminista nas esferas intelectual e militante a fim de "retomar la subversión, la crítica

al poder patriarcal y la lógica de dominación”.²⁴

A edição especial também trouxe um artigo, escrito por mãos “autonomistas” da Argentina e do Chile, que tratou estritamente dos acontecimentos de Cartagena. A parte redigida pelas argentinas e intitulada “Los caminos del feminismo” afirmou que o percurso do movimento feminista latino-americano, atravessado por conferências, debates, foros, reuniões nacionais e internacionais, se converteu em dinâmicas mais próximas ao Estado e aos organismos internacionais. Sem remeter-se às particularidades de cada país, o texto asseverou que essa estratégia se tornou majoritária nos anos 1990, implicando em uma adequação e moderação na linguagem do movimento, resultando em um “feminismo bem-comportado” que negociava com a ordem patriarcal no intuito de entrar em sua lógica do “possível”. A respeito dos conflitos que antecederam ao evento, o artigo esboçou os embates emergentes em torno do feminismo latino-americano ao narrar que:

Parte de este feminismo ha realizado un boicot político y económico a la organización del 7º Encuentro. En una carta, firmada por representantes y empleadas de ONGs y Redes con sede en Chile, publicada en la revista uruguaya *Cotidiano Mujer*, n.22, (mayo de 1996), se llamó a cambiar la sede, en una de las manobras más antidemocráticas que hayamos presenciado. La agencia holandesa ICCO, que había prometido apoyo financiero, informó luego que lo retiraba pues, consultadas ONGs de Bolivia y Perú, las mismas dijeron que el evento representaba una solo posición. La violencia descrita no es más que la continuidad de la sistemática invisibilización y negación de todas las voces que hablen un lenguaje de subversión y autonomía. Sin embargo, el feminismo institucional tuvo presencia en Cartagena y eso fue una decisión política de la Comisión Organizadora, interesada en abrir un debate que explicitaría posiciones.²⁵

Nota-se que as concepções de feminismo, militância e autonomia estavam em disputa não apenas no Chile, mas na América Latina. Isso porque, ainda que o processo de onguização e, logo, de institucionalização, tenha sido mais intenso em alguns países como Brasil, Chile e Peru, havia vozes dissonantes que questionavam os

caminhos trilhados pelo movimento nos últimos anos e o peso de tais imbricações na tomada de decisões do feminismo. Não por acaso, este evento foi marcado pela divisão entre as “feministas radicais”, representadas pelas integrantes de ONGs; “as autonomistas”, composta por parcela de militantes chilenas, mexicanas e argentinas; e as que ponderavam sobre tal cisão afirmando-se como “*Ni las unas ni las otras*”. A respeito destas três tendências, na subseção “Las colores del diñero”, as editoras de *Brujas* declaram que a “Agenda Feminista Radical” debateu sobre a redução dos financiamentos, a desigualdade de distribuição de recursos e sua orientação para determinados tipos de ONGs, sem, contudo, especificá-la. Igualmente destacaram os indicadores de impacto e a necessidade de analisar os riscos que os financiamentos de agências multilaterais trazem. Entretanto, o texto observa que o grupo “radical” não pautou quais eram as atuais condições e orientações das agências de cooperação internacional, as exigências para um estreitamento das relações com os governos e a acentuação de uma tendência em enviar recursos para projetos que tinham aspectos assistencialistas. A respeito da ala considerada “moderada”, isto é, o “*Ni a una ni a otras*”, relatou-se que a mesma defendeu que a autonomia não passava, necessariamente, por ter ou não financiamento. O artigo criticou tal posição ao inferir que tal conclusão demonstrava uma falta de profundidade sobre um tema que estava há anos em discussão no movimento. Por sua vez, as representantes do corpo editorial de *Brujas* consideraram que foi com as representantes da ala autonomista que se identificaram e puderam dialogar. Foi firmado que, a partir de Cartagena, abria-se uma nova etapa para essa corrente feminista, que percebeu que não estava “isolada” em seus países e que poderia haver trocas de experiências e propostas de atuação a partir de suas realidades locais. E, nesse aspecto, é importante ressaltar que a composição dessa vertente autonomista não era composta, exclusivamente,

²⁴ BRUJAS. Buenos Aires: año XVI, n. 24, 1997. p. 40.

²⁵ BRUJAS. Buenos Aires: año XVI, n. 24, 1997. p. 50.

por feministas e coletivos independentes, mas também "[...] grupos autofinanciados hasta mujeres que constituyen instituciones (ONGs) que reciben financiamientos, pero que discriminan y rechazan aquellos que condicionan y desconstruyen nuestras prácticas".²⁶

A partir do exposto, podemos inferir que a denominação de "feministas autônomas" estava imbricada na postura crítica das militantes frente aos financiamentos e políticas de Estado. Assim, a inclusão das mulheres engajadas em ONGs passava pela relação que essas tinham com tais instituições; se as viam como lócus de militância ou como um meio de atuar, profissionalmente, com as relações de gênero. Logo, para essa vertente era imperativo separar o que era a militância do que teria se tornado uma "profissão", isto é, o movimento feminista não deveria atuar dentro de horários fixos ou estar ligado aos "*deberes laborales*". Ainda que as atividades nas ONGs possam ter auxiliado na difusão de ideias feministas e de uma percepção sobre a autonomia, para essa fração do feminismo, tais organizações não representavam o movimento e, tão pouco, tinham promovido mudanças que não fossem da ordem assistencial ou "clientelista". Advoga-se, portanto, que as estreitas relações com o Estado e com as agências de cooperação internacional impactaram a tônica do movimento, tornando as mulheres, ao mesmo tempo, "clientes" e "objetos" de seus projetos, indo na contramão das propostas políticas que visavam o enfrentamento das diferentes assimetrias e da ordem patriarcal.

Considerações finais

Desde meados dos anos 1980, a concepção de autonomia ganhou novos contornos. Estes estiveram alinhados aos processos ocorridos nas novas democracias latino-americanas. De um lado, esteve a criação de espaços governamentais destinados a reduzir as desigualdades de gênero; de outro, com a adoção das políticas econômicas neoliberais, avançou o processo de onguização com projetos que versavam sobre

as condições das mulheres, em sua maioria, financiados por agências de cooperação internacional e nacional. Esse contexto trouxe impasses e paradoxos para o feminismo, uma vez que a inserção de feministas nos espaços institucionais não levou à defesa cabal de uma agenda de gênero. Muitos coletivos, sobretudo em países em que o processo de institucionalização foi mais intenso, defendiam que era possível militar e ter independência mesmo atuando em ONGs com projetos financiados.

No entanto, a defesa de uma perspectiva autonomista foi nodal para o periódico argentino que pautou, em diversos momentos, o impacto das políticas neoliberais e das ONGs no movimento feminista. *Brujas*, tanto em sua materialidade, quanto em sua concepção ideológica, representou uma resistência aos novos modelos que passaram a nortear a militância feminista latino-americana nos anos de 1990. Isso porque, o periódico foi um dos poucos que atravessou os anos 80 e 90 sem aderir ao processo de institucionalização. Por isso, nos permitiu acompanhar as transmutações e os novos sentidos relegados ao termo "autonomia". Em suas análises, o boletim defendeu que o neoliberalismo mudou a tônica do feminismo latino-americano, tornando majoritária a atuação em espaços governamentais e ONGs. E, por esse caminho, argumentou que nesses locais não havia autonomia para discutir a agenda feminista, posto que as suas ativistas deveriam negociar sua linguagem e sua pauta, adequando-os ao discurso do agente financiador. Sendo assim, apontou para a perda da radicalidade e para os riscos da transformação da militância em uma profissão. Isto é, as ativistas engajadas nessas instituições acabariam comprometidas com os projetos e não necessariamente com as mulheres. Sendo assim, este periódico estava alinhado a uma concepção de autonomia que passava tanto pelas relações do movimento com os partidos, com o Estado e com as instituições de financiamento. Em suas afirmativas, o movimento deveria ter independência teórica

²⁶ BRUJAS. Buenos Aires: año XVI, n. 24, 1997. p. 56.

e prática, logo, não poderia estar condicionado às prerrogativas do Estado, dos partidos ou das agências de cooperação. Portanto, definiu como "feminista autônoma" as militantes independentes e aquelas que, ainda que estivessem imersas nos espaços institucionais, conseguiam ter um olhar crítico sobre o papel desempenhado pelos financiamentos e pelas negociações com o Estado.

Notoriamente, a percepção do grupo editorial está imbricada, também, com a cultura política do feminismo argentino. Como enunciado, no país, há uma cultura política que se mostrou mais "avessa" à institucionalização do movimento pelo Estado e procurou manter uma articulação *do lado de fora* desta arena. Em outra ponta, a narrativa do periódico também nos permitiu perceber como o feminismo na América Latina, entre os anos de 1981 e 1996, se transformou e ramificou, sendo impossível tratar desse no singular. Igualmente, nos apresentou como a percepção política sobre a *autonomia* do feminismo continuava em disputa, assim como a própria representação do movimento.

Referências

- ALMA, Amanda; LORENZO, Paula. *Mujeres que se Encuentran: Una recuperación histórica de los Encuentros Nacionales de Mujeres en Argentina (1986-2005)*. Buenos Aires: Editora Feminaria, 2009.
- ALVAREZ, Sonia. A "globalização" dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- ALVAREZ, Sonia. Beyond NGO-ization? Reflections from Latin America. *Development*, Londres, v. 52, n. 2, p. 175-184, 2009.
- ALVAREZ, Sonia, et.al. Encontrando os Feminismos Latino-Americanos e Caribenhos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 11, v. 2, jul./dez, 2003.
- BARRANCOS, Dora. *Mujeres en la sociedad argentina. Una historia de cinco siglos*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2007.
- BROWN, Josefina. De la institucionalización de los asuntos de las mujeres en el Estado Argentino y algunos de los avatares, entre los ochenta y los noventa. *Mora*, Buenos Aires, v. 14, n. 2, p. 87-100, 2008.
- CAMPOS, Esteban. ¿Que 20 años no es nada? Globalización, posmodernidad y rebelión en Argentina, de Menem a Kirchner (1988-2008). *Argumentos*, México, v. 22 n. 61, p. 95-123, 2009.
- CALVERA, Leonor. *Mujer y Feminismo en la Argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990.
- CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- CAPELATO, Maria H. R. *Multidões em Cena*. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. São Paulo: Fapesp/Papirus, 1998.
- CAPELATO, Maria H. R. Memória da Ditadura Militar Argentina: um desafio para a História. *Revista Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 24, n. 1, p. 61-81, 2006.
- CHETJER, Silvia. Temas del Debate Feminista Contemporáneo: feminismo por feminista (1970-1996). *Travesías*, [S. l.], n. 5, año 4, oct. 1996.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDULLO, Liliana, LUQUE, Cecilia. Política Feminista en Argentina. *INTI, Revista de Literatura Hispánica*, Rhode Island, n. 57-58, p. 35-50, 2003.
- FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Revista Mediações*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2006.
- MORAES, Maria Lygia Quartim. *Feminismo, Movimento de Mulheres e a (Re)construção da Democracia em três países da América Latina*. Campinas: IFHC/UNICAMP, 2003. v. 121. (Série Primeira Versão).
- OLIVEIRA, Júlia G. Silva. *Militância ou profissionalização de gênero? Um estudo comparativo da imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996)*. 1. ed. São Paulo: USP-Capes: Intermeios, 2020.
- PEDRO, J., SOITEH, R. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.
- PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.
- SCHILD, Verónica. Feminismo y neoliberalismo na América Latina. *Revista Nueva Sociedad*, edição em português, 2017.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKER, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63-98.
- TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, 1994.

Júlia Glaciela da Silva Oliveira

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil; professora do Instituto Federal do Paraná (IFPR), em Campo Largo, PR, Brasil.

Endereço para correspondência

Júlia Glaciela da Silva Oliveira
Instituto Federal do Paraná
Rua Engenheiro Tourinho, 829
Vila Solene, 83607140
Campo Largo, PR, Brasil